

ÍNDICE

VOLUME II

Siglas utilizadas nas notas críticas e nos aditamentos às notas de Alexandre Herculano 9

LIVRO VI (1248-1279)

Afonso III rei. — Conquista dos restos do Algarve. — Estado do domínio cristão e do muçulmano na Península. Origem e causas das contendas sobre o senhorio do Algarve. — Guerra entre Afonso III e o infante Afonso de Castela. Pacificação. — Desordens internas de Portugal e providências para as reprimir. — Morte de Fernando III e sucessão de Afonso X. — Renovação das pretensões deste sobre o Algarve. Mediação de Inocêncio IV e condições da reconciliação. Casamento ilícito de Afonso III com Beatriz de Guilhen. — Novas dissensões entre os dois príncipes. — Questões internas do reino. Cortes de 1254. — Liga dos reis de Aragão, Navarra e Portugal em ódio de Afonso X. Afonso III espolia este do usufruto do Algarve. — Efeitos da situação económica do reino. Tentativas de alteração na moeda. — Prevenções nas fronteiras do Sul. — Afonso X recobra o usufruto do Algarve. — Desenvolvimento da riqueza pública em Portugal. Sistema fiscal de Afonso III — Suscitam-se ainda outra vez contendas sobre o Algarve, que terminam por um acordo definitivo. — Quebra da moeda. Cortes de 1261. — Representações a Urbano IV para revalidar o matrimónio do rei. — Socorros enviados a Castela. Motivos, circunstâncias e consequências deste sucesso. Afonso III obtém o senhorio pleno e pacífico do Algarve. — Começo das discórdias com os prelados. Repressão dos abusos administrativos e efeitos dela em relação ao clero. Alguns bispos saem de Portugal e dirigem-se à Itália. Suas queixas e avaliação delas. Méritos e deméritos de Afonso III. Os validos. — Intrigas na Cúria romana. Astúcia do príncipe português. Providências de Clemente IV não realizadas. — Morte do papa e eleição de Gregório X. — Irritação da contenda entre a coroa e o clero. Resoluções do novo papa sobre a matéria. Cortes de 1273. Nenhum resultado delas. Gregório X fulmina terríveis censuras contra o monarca. — Sucessão de Inocêncio V, Adriano V e João XXI. Procedimento do núncio frei Nicolau em Portugal. — Tumultos civis. Obstinação do rei. Seu arrependimento tardio e morte. — Epílogo.....	13
Notas críticas ao Livro VI	117

LIVRO VII

PARTE I

Considerações sobre o estudo da história social. Falsa ideia que predomina acerca da população da Espanha cristã nos séculos imediatamente anteriores à fundação da monarquia portuguesa. — Causas do erro. Carácter da luta entre a conquista muçulmana e a reacção neogótica. — Diferenças e semelhanças dessa luta comparada com a conquista visigótica. Situação e história dos moçárabes. As suas migrações forçadas e voluntárias explicam o rápido incremento da população leonesa. — Vestígios e efeitos dessas migrações pelo nosso território durante o século XI e ainda durante o XII. — Elemento sarraceno. A sua acção directa, mui pouco sensível até o reinado de Afonso VI, adquire então novas forças. Limitações deste facto. — A população judaica. — As colónias francas. — Resumo 133

Notas críticas à Parte I do Livro VII..... 177

PARTE II

Reflexões prévias: o município e a liberdade. Conveniência de estudar a situação do povo, externa e anteriormente aos concelhos. — Grandes divisões da população nos tempos góticos. Diversos elementos dela e combinação desses elementos. — Os nobres e os não nobres. Predomínio da raça hispano-romana entre os últimos. — Carácter principal que distingue as duas grandes divisões da população. Propriedade tributada e não tributada. — Tradições romanas acerca dos impostos e da condição das pessoas. Influência dessas tradições na monarquia visigótica. — Subdivisões populares. Curiais, privados, plebeus e adictos à gleba. Contribuições. — Colonos livres. — Servos ou escravos. Origens germânicas e romanas da servidão. — Servidão entre os visigodos e suas espécies. — A manumissão e os libertos. O povo depois da conquista árabe e durante a reacção cristã. — Estado tumultuário e vago da população nas Astúrias. Diversas influências na organização primordial. — Novo carácter da servidão. Os adscritos. — Homens livres inferiores. Presores hereditários, herdadores, tributários, vilãos, juniores, peões. Valor e distinção destas várias designações. — Conclusão 185

Notas críticas à Parte II do Livro VII 235

PARTE III

Ideia geral da divisão territorial do reino na primeira época da monarquia sob o aspecto administrativo. Condição civil das classes populares ao começar o século XII. Progressos graduais da liberdade pessoal. Transformação lenta da adscrição forçada em voluntária. Causas e manifestações do facto. — Classificação dos diferentes grupos populares. — Cavalaria vilã. Suas origens e condições características de existên-

cia. Vários graus de cavaleiros vilãos. — As quase enfiteuses. — Os reguengos. — Casais foreiros, fogueiras ou jugarias. — Distinção entre as duas espécies de prédios. — Os reguengos em especial. Diversos modos de ser dos cultivadores reguengueiros. — As jugarias ou prédios foreiros onde se estabelece a adscrição espontânea. Condições várias da existência dos jugadeiros. — Foreiros de prédios urbanos. Cabaneiros, criados rústicos. — Recapitulação	237
Notas críticas à Parte III do Livro VII	303

LIVRO VIII

Advertência.....	311
------------------	-----

PARTE I

Origens das municipalidades modernas: o município romano. — Forma primitiva da organização municipal entre os romanos: seu estado na época do Império. — Conquistas germânicas; conservação das instituições municipais e alterações das mesmas. — Domínio sarraceno: vestígios do municipalismo, entre os moçárabes. — Restauração cristã: renovação lenta da vida municipal na monarquia leonesa. — Progressos do municipalismo em Portugal. — Categorias na organização dos grémios populares: concelhos rudimentais: concelhos imperfeitos: suas diversas fórmulas	323
Notas críticas à Parte I do Livro VIII	401

PARTE II

Os concelhos perfeitos. Sua origem e carácter. — Fórmulas diversas de instituição, constituindo quatro classes de grandes municípios. Tipos das quatro classes. — Tradição romana na índole dos concelhos perfeitos. Magistratura duunviral. Curiais e não curiais representados sob certo aspecto pelos cavaleiros vilãos e pelos peões. — Jerarquia dos funcionários municipais. — Representantes do poder central incorporados na magistratura popular. O alcaide-mor e o menor; o sénior e o <i>judex</i> . — Magistrados puramente municipais. Alvazis, alcaides, juizes electivos. Substitutos ou delegados deles. — Concelhos filiais e sua dependência jurisdicional da metrópole. — Exercício da magistratura duunviral. Deveres e recompensas, privilégios e jurisdição dos magistrados electivos. — Os medianidos. — Alçada do tribunal municipal quanto a coisas e a pessoas. Intervenção dos magistrados populares nas questões fiscais. — Os <i>boni homines</i> como assessores nos julgamentos e intervindo no exercício da jurisdição administrativa. — Assembleias deliberantes. — Os almotacés. Sua origem, ministério e jurisdição. — Os sesmeiros. magistrados temporários. — Funcionários subalternos. Adaís, porteiros, andadores, escrivães, pregoeiros, etc.	409
Notas críticas à Parte II do Livro VIII	501

PARTE III

Distinção entre os habitantes dos concelhos. Arreigados e não arreigados. Homens de fora parte. — Situação dos indivíduos pertencentes às classes privilegiadas residindo nos concelhos. — Verdadeira índole dos forais, o estabelecer as relações do direito público local. Quais eram as suas principais características. — Garantias dos concelhos como indivíduos morais. Direito de asilo e solidariedade municipal. — Garantias comuns à generalidade dos vizinhos, conforme as diversas fórmulas nos concelhos perfeitos e ainda nos imperfeitos. — Os cavaleiros vilãos e os besteiros. — Os peões. Solarengos e malados. — Sistema judicial. — Tributos. — Apreciação das instituições municipais nos séculos XII e XIII..... 507

Notas críticas à Parte III do Livro VIII..... 637

APÊNDICE

As colónias estrangeiras ou os concelhos francos no Sul do reino. — Caracteres feudais das relações entre os alcaides-mores ou senhores destes grémios e a coroa. — Diferenças e analogias entre os mesmos concelhos e os de população portuguesa. — Suas instituições de direito público e privado 643

Notas críticas ao Apêndice 659

NOTAS DE FIM DE VOLUME 661

I — Invasão de Afonso III no Algarve 663

II — Linha de divisão das conquistas de Portugal, Leão e Castela no Meio-Dia 663

III — Questão sobre o domínio do Algarve 664

IV — Guerra de 1252 668

V — Tratado com Aragão em 1254..... 670

VI — Domínio pleno de Afonso III no Algarve depois de 1254 e antes de... 670

VII — Conquista de Niebla em 1257 672

VIII — Os forais de Afonso III 674

IX — Pazes de 1263 com Castela 677

X — Data da lei de Afonso III sobre as pousadas 678

XI — Arcebispos de Braga depois da morte de Martinho Giraldes 679

XII — Última doença de Afonso III 681

XIII — Fronteiras de Leão no Ocidente e população do Norte de Portugal na primeira metade do século, XI 682

XIV — Os moçárabes..... 687

XV — Classes populares nos séculos IX e X 689

XVI — Carácter da servidão na monarquia neogótica 695

XVII — As inquirições e o colonato na primeira época da monarquia..... 697

XVII — Vestígios das revoltas e lutas dos concelhos.....	705
XIX — Juízes municipais.....	712
XX — Malado, maladia	717
Notas críticas às notas de fim de volume	721